

Tecnologia discursiva de arquivo: possíveis leituras da (anti)democracia

Discursive Archive Technology: Possible Readings of (anti) Democracy

Eduardo Alves Rodrigues

Laboratório de Estudos Urbanos
(LABEURB/UNICAMP) | São Paulo | SP
| BR
eduardoar76@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6818-6647>

**Cármem Lúcia Hernandes
Agustini**

Universidade Federal de Uberlândia
(UFU) | Uberlândia | MG | BR
carmen.agustini@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>

Resumo: Apresentamos, da perspectiva da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, o arquivo como tecnologia discursiva, que funciona como instrumento de (re)produção/transformação da prática discursiva, e, por conseguinte, da prática política. Dessa maneira, tratamos da tecnologia discursiva de arquivo da perspectiva do funcionamento sócio-histórico e político-ideológico da linguagem. Esse funcionamento é condição de produção de (re)configurações da dominância nas relações de força, de poder, de sentidos, no seio da luta de classes. Em análise, a partir de um arquivo estabelecido sobre a significação da (anti)democracia brasileira, recortamos montagens fotográficas que discursivizam, sobretudo, no espaço digital, as poses presidenciais brasileiras, com destaque para as duas últimas, ocorridas em 2019 e 2023. Para analisarmos essas montagens, colocamos em relação discursos (re)atualizáveis por meio das formulações materiais que constituem em presença-ausência as fotografias que compõem tais montagens. Dessa maneira, foi possível expor ao olhar leitor o processo discursivo que determina a (re)produção/transformação, em um espaço de disputa/polêmica discursiva, na/da significação da (anti)democracia no seio da sociedade brasileira.

Palavras-chave: arquivo; leitura; político; democracia; discurso.

Abstract: From the perspective of Pecheuxtian Discourse Analysis, we present the archive as a discursive technology, which is an instrument of (re)production/transformation of discursive practice, and, consequently, of political practice. In this way, we work with the dis-



cursive archive technology from the perspective of the socio-historical and political-ideological functioning of language. This functioning is a condition for the production of (re)configurations of dominance in relations of force, power, meanings, within the class struggle. From an established archive on the significance of Brazilian (anti)democracy, we isolate photographic compositions that discursivize in the digital space, above all, the Brazilian presidential inaugurations, with emphasis on the last two, which took place in 2019 and 2023. To analyze these photographic compositions, we establish a relationship between discourses that can be (re) updated through the material formulations that point to the presence-absence in the photographs that compose such compositions. In this way, it was possible to expose to the reader's eye the discursive process that determines the (re)production/transformation, in a space of discursive dispute/polemic, in/of the signification of (anti)democracy within Brazilian society.

Keywords: archive; reading; political; democracy; discourse.

Temos, agora, uma ideia suficientemente clara do que era para Pêcheux um instrumento científico [...]. Isto quer dizer, entre outras coisas, que esse instrumento não podia ser, do seu ponto de vista, concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir a teoria deste mesmo instrumento. Isto quer dizer, também, que o que pudesse ser tornado de empréstimo para construir este instrumento precisava ser reinventado, devia poder ser “apropriado” pela teoria que ele tivesse em vista. [...].

(Henry, 1993, p. 18)

Uma homenagem à amiga Luiza Kátia A. Castello Branco, com quem partilhamos afeto e teoria, parceira de tantas reflexões e tantos outros escritos...

1 Introdução

O propósito deste texto é o de discutir, em análise, a concepção de arquivo no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheutiana. Dessa perspectiva, apresentamos a concepção de arquivo como instrumento de (re)produção/transformação da prática discursiva, o que significa compreender o arquivo como tecnologia discursiva, isto é, instrumento que instaura, no seio das relações sócio-históricas e político-ideológicas de força, de poder, de sentidos, “um espaço polêmico nas maneiras de ler” (Pêcheux, 1997, p. 57).

Dito de outro modo, o arquivo instrumentaliza o fato de a interpretação existir na relação com outras interpretações possíveis, ou seja, o arquivo permite a exposição da espessura semântica da matéria significante/histórica que o constitui¹. Nessa direção, o arquivo possibilita a experimentação de um trabalho de leitura no qual o movimento e a pluralidade dos sentidos possam ser marcados e reconhecidos. Ou seja, o arquivo pode abrir ao olhar leitor a “pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos” (Pêcheux, 1997, p. 64).

Vale ressaltarmos que compreendemos “gesto de leitura” como ato no nível simbólico que dispõe o sujeito numa relação injuntiva incontornável com a interpretação. Esse ato acontece na medida em que, diante de um fato ou de uma textualidade² que reclama que lhe seja atribuído sentido(s), o sujeito de linguagem é injungido a interpretá-lo. Dessa maneira, um gesto de leitura (re)produz/transforma movimentos de interpretação. Ou seja, um gesto de ler consiste fundamentalmente de gestos de interpretação, em relação com antecipações, projeções, conhecimentos, saberes, entre outras relações de sentido.

Como tecnologia discursiva, o arquivo, embora reporte ao já-dito em sua dimensão representável, resultado dos processos de textualização do político³, não se confunde com ele. Ou seja, o arquivo, nessa perspectiva, não se confunde com o conjunto de materiais – documentos, textos, instituições, instalações, serviços etc. – ao qual pode se reportar/ser reportado em sua dimensão representável. Isso porque “não há arquivo em si, ou *a priori*, sem o gesto de leitura que o constituiu” (Mariani, 2016, p. 10). Expliquemos: o arquivo não existe a não ser que um leitor⁴ produza um gesto de leitura sobre uma dada prática discursiva.

¹ Com base em Barbosa Filho (2022), um arquivo concebido discursivamente possui uma espessura material que resulta de múltiplas determinações, diríamos nós, determinações sócio-históricas e político-ideológicas que o constituem, ou seja, resulta dos processos discursivos que determinam como as relações de sentido são significativamente (re)produzidas/transformadas no arquivo, (re)orientando a própria significação do/no arquivo.

² Compreendemos “textualidade” como o modo pelo qual um dado processo discursivo torna-se legível, ganha corpo. Esse modo pode convocar diferentes formas de linguagem, ou seja, diferentes materialidades significantes.

³ Com base em Courtine (1981) e Orlandi (2007), o processo de textualização do político corresponde ao processo de simbolização das relações de poder nas e pelas práticas discursivas; ou seja, corresponde ao processo de simbolização da divisão desigual do sentido, dissimulando-a. Por prática discursiva, compreendemos toda produção simbólica que movimenta interpretações. E toda prática discursiva comporta uma relação entre constituição, formulação e circulação de sentidos (Orlandi, 2001).

⁴ É importante ressaltarmos que este leitor, a depender da posição assumida no processo de produção da leitura de arquivo, pode corresponder ao pesquisador e/ou ao analista de discurso, por exemplo.

É nessa medida que a materialidade do arquivo se inscreve e é inscrita no processo de (re)produção/transformação da interpretação. Dito de outro modo, no processo de (re)produção/transformação do processo discursivo que constitui a interpretação.

É o gesto de leitura sobre uma dada relação ou sobre uma dada prática discursiva que instaura o arquivo, ao recortá-la, descrevê-la e interpretá-la. Uma relação ou uma prática discursiva que se (re)atualiza/textualiza a partir de um já-dito, sendo o já-dito compreendido como índice da historicidade material do sentido, ou seja, índice de uma relação com certa ausência significativa – o não-dito que significa em ausência/presença. Discursivamente, podemos dizer que o arquivo é sempre-já efeito dessa historicidade. Podemos dizer, ainda, com base em Mariani (2016), que o arquivo está sempre em movimento histórico, ou seja, sua construção – e, também, sua leitura – é sempre-já determinada, ao mesmo tempo, pela materialidade significativa e pela materialidade histórica que o constituem⁵.

Dizemos, dessa maneira, que o arquivo não existe fora de uma relação com o(s) sujeito(s) leitores e com os sentidos. Essa tomada de posição teórica inscreve o arquivo como instrumento no interior da Análise de Discurso, reinventando seu estatuto no campo da reflexão discursiva. Com base na leitura realizada por Henry (1993), em epígrafe, do processo de (re) produção teórico de Pêcheux, compreendemos que é assim que a teoria discursiva se apropria do instrumento arquivo, atribuindo-lhe uma especificidade conceptual-experimental. Sem essa apropriação-reinvenção, a possibilidade de o arquivo funcionar descritiva e interpretativamente não existe, no interior dessa teoria. Isso impõe que a concepção de arquivo deve ser alinhada necessariamente à determinada prática teórica. Em nosso caso, à prática teórica da Análise de Discurso.

Com efeito, a tecnologia discursiva de arquivo, ao abrir/remeter a leitura a um espaço polêmico nas/das maneiras de ler, constitui-se como um instrumento a partir do qual torna-se possível a análise crítica – não positivista, não fundamentalista, não idealista – do funcionamento do processo discursivo como “instrumento de transformação da prática política” (Herbert, 2011, p. 35). É Herbert, pseudônimo de Pêcheux, quem nos ensina ainda que é o discurso “como sistema articulado que remete à prática social complexa” (Herbert, 2011, p. 35) que funciona como “instrumento de transformação da prática política⁶” (Herbert, 2011, p. 35), o que permite a compreensão de que “a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social [...], por meio de um discurso” (Herbert, 2011, p. 35). Daí podermos afirmar que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza os gestos de leitura de certa sensibilidade de capt(ur)ar indícios/vestígios do processo de (re)produção/transformação da prática política e das relações sociais. Também a esse respeito, Nunes (2005) esclarece que, da perspectiva discursiva,

⁵ Em Análise do Discurso, podemos compreender “discurso” como o efeito da relação indissociável entre materialidade linguística e materialidade histórica. Ao nos referirmos à materialidade significativa reconhecemos a possibilidade de outras formas de linguagem poderem ser convocadas pelo processo discursivo como sua base material significativa, sobre a qual podem se (re)atualizar determinadas relações de sentido. Nessa direção, a materialidade significativa que comparece como base material do discurso é constitutiva da própria materialidade discursiva, que é constituída pelo efeito da inscrição da materialidade linguageira na materialidade histórica.

⁶ Para Herbert (Pêcheux) (2011, p. 24), *prática política* corresponde à “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas por meio de instrumentos políticos”.

o arquivo não é visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca (Nunes, 2005, s.p.).

Na perspectiva da Análise de Discurso, portanto, o arquivo, como instrumento de (re) produção/transformação dos gestos de leitura, é um espaço polêmico no qual a memória histórica encontra-se “em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 1997, p. 57), no processo histórico de divisão social do trabalho de leitura. Dito de outro modo, o arquivo é, por excelência, o espaço material em que se manifestam, simultaneamente, a contradição histórica, a incompletude da linguagem, a divisão do sujeito e a inexatidão do sentido. Isso porque o arquivo é integralmente constituído na e pela relação indissociável entre materialidade significativa e materialidade histórica. É assim que concebemos o arquivo como discurso, mais precisamente, como tecnologia discursiva, no qual o “confronto” se estabelece porque, na e pela leitura de arquivo, torna-se possível perscrutar o movimento segundo o qual sentido puxa/evoca/encontra/pega sentido (Rodrigues; Agustini; Branco; Barros, 2020; Rodrigues; Agustini, 2022b) e as relações entre sentidos mudam, segundo as posições ideológicas que determinam o sujeito leitor e seu dizer no processo sócio-histórico e político-ideológico em que são (re)produzidos/transformados (Pêcheux, 1995).

Fica marcado, diante do exposto, que a apropriação/reinvenção do conceito de arquivo produzida pela teoria discursiva nos afasta, por exemplo, da perspectiva segundo a qual o arquivo poderia ser concebido como “exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade” (Derrida, 2001, p. 8) ou mesmo como “penhor do futuro” (Derrida, 2001, p. 31). Esse afastamento se justifica pela própria natureza do arquivo visto como tecnologia discursiva cujo funcionamento não se instala a partir de um arquivo construído *a priori* por meio de alguma operação e/ou técnica.

No nosso modo de compreender, por um lado, o funcionamento de possíveis operações, técnicas ou instâncias de autoridade, ao contrário, decorreria do gesto de descrição e interpretação produzido na e pela leitura de arquivo. Não seria o arquivo em si, por outro lado, “penhor do futuro”. Ele só poderia assim funcionar por meio de um processo de manutenção das relações de poder, de forças e sentidos, no seio da luta de classes, que o significasse dessa forma.

Essa apropriação/reinvenção nos afasta também de uma concepção tão-somente empirista de arquivo, como repositório, sobretudo físico, de certo saber da história, capaz de oportunizar, por um lado, a construção de trilhas de acesso, seja aos fatos passados, seja a fontes primárias que pudessem sustentar determinado conhecimento (Salomon, 2011), e, por outro lado, um instrumento contornado por certo espectro absolutista (Derrida, 2001), gerido pela ideia segundo a qual seria possível tudo arquivar (Roudinesco, 2006).

É essa ideia, aliás, que parece sustentar, predominantemente, as quatro significações básicas de «arquivo» no campo arquivístico, quais sejam: (1) conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; (2) instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso de documentos; (3) instalações onde funcionam arquivos; e (4) móvel destinado à guarda de documentos (Arquivo Nacional, 2005).

A tecnologia discursiva de arquivo se caracteriza, ao contrário, por indiciar processos discursivos em funcionamento, constituindo-se, por isso, como possibilidade de instrumentalização de observatórios de práticas discursivas, ou seja, práticas de memória que (re) inscrevem a encarnação/materialização/(re)atualização de tais funcionamentos. São, como dissemos, gestos de leitura que fundam o arquivo, descrevendo e interpretando sua constituição a partir da “tessitura de dizeres sobre e sob dizeres, de ordens de entroncamento e imbricação” (Romão; Galli; Patti, 2010, p. 125) ali (re)atualizadas discursivamente. Nessa direção, a leitura discursiva de arquivo procura compreender como um arquivo se constitui como tecido-espessura semântica ao “inscreve[r] tessituras em seu corpo” (Romão; Galli; Patti, p. 125), acrescentaríamos nós, virtual. Virtual porque esse corpo é possibilidade que se materializa no e pelo gesto discursivo de leitura. Essa compreensão se coaduna ao que Lacan também nos ensina sobre o que é próprio das relações entre sentidos: “nenhuma significação se sustenta a não ser na remissão a uma outra significação” (Lacan, 1998, p. 501).

Reconhecemos, nessa mesma direção, o modo como Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016) consideram o arquivo como fato, em sua complexidade, isto é, em sua espessura sócio-histórica e político-ideológica. Para esses autores, é em função dessa complexidade que podemos afirmar, discursivamente, que um arquivo jamais é dado; além disso, seu regime de funcionamento é opaco, porque é constituído por regimes múltiplos de (re)produção/transformação, circulação e (re)leitura(s) de textualidades postas em relação. Nas palavras desses autores, o arquivo é “em sua própria materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes” (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016, p. 116).

É assim que (re)lemos o “poder do arquivo”, tal como formulado em Roudinesco (2006): “tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo” (Roudinesco, 2006, p. 7). O poder do arquivo, de nossa perspectiva, reside no fato de que ele significa, como veremos, (re)produzindo/transformando a relação do dizer com o interdiscurso⁷, isto é, a relação constitutiva entre o sentido que se torna efeito-presença estando ausente, por necessidade, no contorno sintático do dizer, mais amplamente, no contorno discursivo da formulação. Isso porque “só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (Orlandi, 2007, p. 34).

Diante do exposto, podemos compreender o arquivo, concebido como tecnologia discursiva, como um corpo virtual cujas fronteiras são móveis e equívocas. Tendo essa natureza discursiva, não é possível acessá-lo diretamente. É preciso, por isso, o estabelecimento de um dispositivo de leitura de arquivo que possa restituir o processo discursivo que o constitui e o domina. É com esse dispositivo que o corpo virtual do arquivo pode ganhar uma dimensão representável ao ser recortado, descrito e interpretado.

É assim que, parafraseando Barbosa Filho (2022), um arquivo pode ser posto em montagem no rastro de certas discursividades⁸ em jogo dispostas em análise pelo olhar do

⁷ Com base em Pêcheux (1995), o interdiscurso é da ordem do irrepresentável e, nos seus modos de funcionamento, é constituído pelo todo complexo das relações de sentido e das regionalizações do dizer, dobrando-se sobre este, determinando, como efeito, o que pode e deve ser dito.

⁸ O termo “discursividade” parafraseia, em nossa compreensão, “movimentação própria ao processo discurso”, ou seja, discursividade pode ser compreendida como aquilo que é próprio ao discurso, ao processo de produção de relações de sentido.

analista de discurso. Na direção do que estamos defendendo neste trabalho, esse autor, a partir da noção de montagem, tomada à Robin (2016), como recurso que permite estremecer as temporalidades, argumenta em favor da compreensão de arquivo não como

um conjunto de informações dispostas cronológica ou tipologicamente, nem um conjunto de dados oferecidos de modo espontâneo ao pesquisador. Ou seja, o arquivo não é uma expressão textual da história que se apresentaria cronológica ou tipologicamente ao leitor interessado. Falar em montagem, portanto, supõe essa recusa de um arquivo que se daria a ver [em si/por si] (Barbosa Filho, 2022, p. 10).

Sendo assim, para explorarmos a apropriação-reinvenção discursiva da concepção de arquivo, realizamos uma experimentação teórico-analítica do funcionamento da tecnologia discursiva de arquivo sobre um arquivo estabelecido – *montado/posto em montagem* – a partir de indícios/vestígios da discursividade (anti)democrática postos em relação. Desse arquivo, recortamos⁹, para análise, textualidades fotográficas¹⁰ que, postas em relação na e pela leitura de arquivo, significam a prática discursiva das posses presidenciais brasileiras. Esse recorte temático-arquivístico se justifica porque, na conjuntura sócio-histórica mundial, em particular, da sociedade brasileira, desde sempre-já, a (re)produção/transformação da prática política e das relações sociais é fortemente afetada pelo modo como o jogo de poder (não) se assenta sobre como os Estados-Nações se (re)inscrevem na memória de regimes (anti)democráticos, o que determina, por sua vez, como se distribuem, como se hierarquizam, desigual e dissimetricamente, as próprias relações de força/poder/sentidos no seio da vida social.

Nessa direção, as textualidades fotográficas recortadas do arquivo são tomadas nessa leitura de arquivo como maneiras de ler – interpretar – as posses presidenciais brasileiras ocorridas em 01 de janeiro de 2023 e, retrospectivamente, em 01 de janeiro de 2019. A (re)leitura desses acontecimentos os (re)inscreve no jogo da repetição-diferença próprio ao funcionamento da memória discursiva, permitindo, assim, a compreensão do jogo da alternância de poderes no Brasil nos referidos períodos e seus efeitos sobre a vida social.

Na análise realizada, a leitura das textualidades fotográficas mostra que elas indiciam, por contraste, movimentos específicos de (re)inscrição da evidência da (anti)democracia brasileira no processo discursivo que a pode constituir. É sobre a repetição-diferença no movimento de (re)inscrição do discurso da (anti)democracia brasileira nessas textualidades fotográficas que trabalhamos analiticamente.

Para alcançar nosso objetivo, produzimos dois movimentos: um teórico e o outro teórico-analítico. O movimento teórico consistiu em inscrever o arquivo como tecnologia discursiva no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, de modo a trabalhar outras relações para além daquelas enunciadas nesta introdução. E o movimento teórico-analítico consistiu em expor o funcionamento dessa concepção de arquivo numa experimentação em

⁹ Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Recortar, portanto, é um gesto analítico que faz parte do dispositivo metodológico da leitura discursiva de arquivo. Recortar é um procedimento que pinça fragmentos que, na e pela leitura, indiciam o funcionamento de dado processo discursivo.

¹⁰ A partir da compreensão de “textualidade”, explicitada na nota 2, uma textualidade fotográfica refere um modo de tornar um dado processo discursivo legível por meio de uma materialidade visual que funciona como base material significante desse processo, no caso do arquivo trabalhado neste artigo, por meio de fotografias.

Análise de Discurso, tomando as referidas textualidades fotográficas e as relações significativas por elas/entre elas evocadas como objeto de leitura.

2 Tecnologia discursiva de arquivo: instrumento de leitura do (ir) representável

Só há arquivo porque há sentido(s) e sujeito(s). Em Análise de Discurso, já é sabido que sentido e sujeito se constituem indissociavelmente (Orlandi, 2001) e que o sujeito do discurso (aquele que resulta da relação entre significantes e historicidade) se constitui como efeito da injunção à interpretação (Orlandi, 2007). O arquivo, por sua vez, é constituído por gestos de leitura que se (re)atualizam sobre a materialidade significante histórica, ou seja, sobre a materialidade discursiva.

Os arquivos podem ter sua dimensão representável constituída, por exemplo, de textualidades escritas e/ou orais. No nosso caso, essa dimensão representável é recortada e a seleção resultante é constituída por um conjunto de textualidades fotográficas que, desde 01 de janeiro de 2023, circula(ra)m, compondo uma montagem discursiva, em diferentes mídias digitais, que também nos remetem, retrospectivamente, a 01 de janeiro de 2019. É a leitura dessa montagem discursiva, nesse modo de circulação específico, que nos reporta ao funcionamento discursivo que significa o referido arquivo.

Mais precisamente, mobilizamos analiticamente essa montagem discursiva tal como ela foi disposta e publicada em 02 de janeiro de 2023, no site <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghml>, que endereça uma das seções do assunto “política” do *Portal G1*. Essa montagem discursiva foi intitulada “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula”, com o subtítulo “Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”. Podemos compreender que essa seção (re)atualiza uma seleção discursiva, que visa à produção de um efeito interpretativo contrastivo, estabelecida a partir daquilo que uma visão consagrada poderia denominar como repositório arquivístico de fotos das posses presidenciais brasileiras, que o G1 (re)produz/transforma como “arquivo fotográfico do G1”. Por isso, não reconhecemos essa seção apenas como uma fotorreportagem.

Essa montagem discursiva é, portanto, constituída de fotografias, legendadas¹¹, que, lidas discursivamente, materializam processos de textualização do político, ou seja, textualizam algo do mo(vi)mento – sócio-histórico e político-ideológico – a partir do qual um sentido contrai relação com outro(s). Constituído, assim, por gestos de leitura em relação, o referido arquivo, indiciado por essa montagem discursiva, pode ter seu funcionamento compreendido como produto das relações de força/poder/sentidos na conjuntura da luta de

¹¹ Ressaltamos que, no site citado, as fotografias referem mo(vi)mentos constitutivos das posses de Bolsonaro, em 2019, e de Lula, em 2023, sendo dispostas em duplas, uma abaixo da outra. Nessas duplas, primeiro vemos uma fotografia da posse de Bolsonaro e, logo abaixo, uma fotografia correlata da posse de Lula, referindo, dessa maneira, mo(vi)mentos supostamente análogos que significa(ra)m ambas as posses, indiciando uma suposta alternância/mudança de poder. Cada dupla de fotos é publicada com uma legenda que se limita a indicar que a foto disposta “em cima” refere a posse de Bolsonaro, enquanto a foto disposta “embaixo” refere a posse de Lula. Essa disposição parece se justificar na cronologia que estabelece a posse de Bolsonaro antecedendo a terceira posse de Lula. Por isso, as legendas não foram incluídas nos recortes analíticos.

classes que estrutura a vida social e, por isso, produto das relações de (não) dominância entre forças/sentidos em disputa por significar. É, portanto, um espaço também de observação e leitura dessas relações/disputas.

Assim concebido, o arquivo pode ser compreendido como tecnologia discursiva porque instrumentaliza a leitura do jogo de interpretações, de relações e de disputas entre forças (sentidos, discursividades) que determina a luta de classes e, dessa maneira, a realidade social. É nessa medida que o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, isto é, no nível do dizer, da formulação, de uma dada montagem discursiva que se apresenta à leitura (de arquivo), o funcionamento da memória discursiva *em perpétuo confronto consigo mesma*. Sentido que *pega – bate em –* sentido. Em outras palavras, o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, o irrepresentável, isto é, o interdiscurso: o *todo complexo com dominante das formações discursivas* (Pêcheux, 1995). Em nosso modo de compreender, o arquivo instrumentaliza a leitura do irrepresentável (o todo complexo com dominante da possível movimentação histórica dos sentidos) no representável, na formulação. Por isso, dizemos que uma leitura de arquivo instrumentaliza a leitura discursiva do movimento da significação no seio da vida social, determinando-a.

Caminhamos mais um passo na explicitação da relação entre memória discursiva e interdiscurso instrumentalizada no arquivo: se o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, o irrepresentável, é porque a memória discursiva funciona *em perpétuo confronto consigo mesma*. É precisamente no movimento desse confronto – sentido batendo em sentido, sentido deslizando para outro(s) sentido(s), sentido rompendo com outro(s) sentido(s), sentido dominando outro(s) sentido(s), sentido silenciando outro(s) sentido(s)... – que, na e pela leitura, o interdiscurso se faz perceptível por seu funcionamento constitutivo em relação à memória, portanto, ao dizer.

Daí termos afirmado, na introdução, que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza os gestos de leitura de certa sensibilidade de capt(ur)ar indícios/vestígios do processo de (re)produção/transformação da prática política e das relações sociais. Nessa medida, *ler o arquivo*, discursivamente, significa restituir, no e pelo batimento entre descrição e interpretação, entre memória discursiva e interdiscurso, a opacidade de gestos de leitura, de movimentos de interpretação, que fundam o arquivo como *espaço polêmico – não transparente e equívoco – nas/das maneiras de ler*.

É neste espaço, ou seja, é na e pela leitura discursiva de arquivo que a opacidade da interpretação, a incompletude da linguagem e do sujeito, a contradição histórica e a inexistência do sentido podem ganhar visibilidade, uma vez que, em análise, o arquivo é posto em relação com sua exterioridade constitutiva, ou seja, com as conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas de produção do arquivo que nele se inscrevem. O modo como a visibilidade dessas relações se dará depende da identificação, descrição e interpretação das (ir)regularidades discursivas que indiciam o jogo da indissociabilidade entre a dispersão constitutiva e a unidade imaginária dos sentidos, que determinam o processo de textualização do político.

A seguir, avançamos na descrição e na teorização da tecnologia discursiva de arquivo, pautando a relação entre arquivo e legibilidade.

3 Arquivo e condição de legibilidade

Teorizar a questão do arquivo como tecnologia discursiva implica discutir o que chamamos de condição de legibilidade do arquivo, ou seja, como um arquivo é constituído por meio de um ou mais gestos de leitura que lhe conferem certa identidade. Essa condição de legibilidade diz respeito ao modo como restitui-se à dimensão representável de um arquivo o processo discursivo que o significa/domina, ou seja, ao modo como torna-se legível como um arquivo funciona ao significar, produzindo relações de sentido.

Um gesto de leitura instaura um arquivo quando o lê como jogo polêmico das relações de sentido, das relações de força/poder, no interior da luta de classes que constitui, por sua vez, as diferentes conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas. Isso implica reconhecer que o arquivo (re)produz/transforma a própria luta de classes. Mais ainda: reconhecer que o arquivo admite pluralidade de leituras.

De forma retrospectiva, ao compreendermos que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza a leitura de gestos de interpretação, compreendemos, por conseguinte, que o arquivo instrumentaliza a produção da condição de legibilidade de tais gestos, isto é, abre-se à (re)produção/transformação de diferentes gestos de leitura. Nos termos de Pêcheux (1997), abre-se à “*plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento” (Pêcheux, 1997, p. 59; *italico no original*). Assim, a condição de legibilidade do arquivo corresponde à condição de (re)inscrição no arquivo de diferentes programas de leitura possíveis.

Um arquivo funciona relativamente à leitura – ele se abre a diferentes programas de leitura possíveis – quando se (re)produz, na e pela leitura, o efeito de (re)inscrição de certa interpretação, presente-ausente no arquivo, na memória discursiva, “que, face a um texto [objeto simbólico] que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer [...] ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p. 52). Ao funcionar, a memória discursiva restabelece as próprias condições de leitura do dizer, da formulação, de determinado objeto simbólico, o que Pêcheux explica afirmando que a memória discursiva funciona como “condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1999, p. 52).

Portanto, esse percurso de teorização sustenta a afirmação de que a tecnologia discursiva de arquivo funciona como força instrumentalizadora da inscrição da interpretação na memória discursiva, na memória do dizível, no jogo constitutivamente polêmico das relações de sentidos, de força/poder representáveis no e pelo dizer. Compreendemos assim que a condição de legibilidade do arquivo é a condição de restituição, no campo de funcionamento da leitura, das conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas de (re)produção/transformação da interpretação: conjunturas que nele se (re)inscrevem constitutivamente como *polêmica histórica*, como contradição constitutiva.

É nessa direção que dizemos que na e pela leitura de arquivo pode se tornar visível o batimento entre processo e funcionamento discursivos, entre descrição e interpretação da materialidade discursiva, entre memória e acontecimento no dizer.

Se considerarmos o material que será analisado na próxima seção, esse percurso de teorização nos remete, ainda, a uma relação de distinção entre uma fotografia lida como mero registro inequívoco de um acontecimento (a denominada leitura atomística/conteudista,

que desconecta o acontecimento de sua conjuntura sócio-histórica e político-ideológica) e a mesma fotografia lida na e pela leitura discursiva de arquivo. No primeiro caso, a fotografia apenas mostra o acontecimento por ele mesmo, lendo-o a partir da literalidade, sintoma de sua aparente transparência. Nessa leitura, a fotografia é restrita aos seus contornos, apresentando-se sem bordos. Já na leitura de arquivo, a fotografia é tomada como discurso na relação significativa com outras fotografias e/ou outras formulações, portanto, em relação a outros discursos. A fotografia, nesse modo de ler diferente, é tomada como vestígio constituinte do arquivo, em nosso caso, de um arquivo que dá condição de legibilidade às maneiras possíveis de significar a discursividade da (anti)democracia em disputa/polêmica.

Em outras palavras e inspirados, também, no trabalho de Barbosa Filho (2022), realizamos a leitura de arquivo das referidas textualidades fotográficas recortadas, visando à compreensão do modo como os processos discursivos tensionam, no arquivo, a disputa/luta/polêmica em torno da evidência ideológica da (anti)democracia. É este modo diferente de ler que mostramos a seguir.

4 Leitura discursiva de arquivo: a (anti)democracia em fotografias

Nesta seção, apresentamos uma leitura discursiva de arquivo com dois objetivos: primeiro, realizar uma experimentação analítica da apropriação/reinvenção discursiva do conceito de arquivo; segundo, expor ao olhar leitor o espaço polêmico que a leitura discursiva de arquivo oportuniza em relação à discursividade da (anti)democracia. Essa discursividade (re)atualiza certa disputa/polêmica que tem se mostrado bastante acirrada tanto da perspectiva da sociedade brasileira quanto da perspectiva mundial, o que produz efeitos significativos sobre as relações sociais e sobre a vida social dos sujeitos. Por isso, apresenta-se como questão relevante a ser discutida/compreendida.

Trata-se de uma disputa/polêmica que é significada no arquivo estabelecido para essa experimentação, constituído, como já dito na introdução, por certa concorrência semântica por significar a relação entre formas de poder e processos de dominação/hierarquização socioeconômicos. Para a experimentação realizada, recortamos esse arquivo pelas formas discursivas que significam essa disputa/polêmica materializadas em fotografias, mais precisamente, fotografias produzidas em mo(vi)mentos sócio-históricos correlatos não simultâneos: duas posses presidenciais brasileiras – uma ocorrida em 01 de janeiro de 2019, em função da eleição do agora ex-presidente Jair M. Bolsonaro, e a outra em 01 de janeiro de 2023, em função da eleição, para o terceiro mandato, de Luiz Inácio Lula da Silva.

As fotografias analisadas significam as posses enquadrando, entre outras, as seguintes marcas discursivas: as equipes ministeriais de ambos os governos, a subida à rampa no cerimonial de posse, o cortejo em carro presidencial, na chegada à Praça dos Três Poderes, iniciando o cerimonial de posse, na capital federal brasileira. Essas fotos foram recortadas, em detrimento de outras, porque, em nossa pesquisa, foram identificadas como regularidades significativas reproduzidas para descrever-interpretar essas posses, marcando, inclusive, aquilo que supostamente as aproximaria e/ou distinguiria. Também sustentou esse recorte o fato de que tais fotografias (re)atualizam, de algum modo, a disputa/luta entre as discursividades da (anti)democracia.

Além disso, a opção por trabalharmos com textualidades fotográficas oportunizou colocarmos em xeque a evidência segundo a qual a fotografia, em relação de dominância em nossa sociedade, funcionaria como representação em si e por si mesma, isto é, como mero registro inequívoco dos acontecimentos. A leitura discursiva de arquivo, por sua vez, procura restituir a espessura semântica e a opacidade da materialidade discursiva do objeto simbólico que se apresenta à leitura – em nosso caso, esse objeto é constituído de recortes fotográficos produzidos sobre tais textualidades.

O procedimento de recortar o arquivo constitui, também, o trabalho de construção do arquivo, que, de acordo com Branco (2013, p. 51), “é um percurso atravessado pela dispersão de dizeres. Assim, esse arquivo, não está fechado nem completo, pelo simples fato de que o movimento em relação ao arquivo é aquele da (re)configuração, a partir dos gestos de leitura do analista”. É, portanto, em análise, que trajetos possíveis de leitura no e pelo arquivo podem ser (re)construídos, reconhecidos, aceitos e experimentados.

Os recortes fotográficos trazidos para análise são relacionados por contraste, uma vez que esses contrastes indiciam, na concorrência por significar, o jogo entre repetição e diferença, sustentando o processo parafrástico e polissêmico entre fotografias de uma posse e de outra. Vejamos o primeiro recorte fotográfico analisado.

4.1 (Anti)democracia entre texturizações e semblantes

Em uma primeira observação na superficialidade material do conjunto fotográfico da Fig. 1, que mostra as equipes ministeriais que iniciaram ambos os governos, contrastam o plano de fundo, a quantidade de ministros, a divisão de gênero e etnia dos ministros, a tonalidade e o tipo das roupas por eles usadas nas cerimônias de posse. Atravessando essa superficialidade, diferentes discursividades são (re)atualizadas sobre a materialidade dos diferentes planos de fundo que compõem as fotografias da Fig. 1.

Na foto da equipe de Bolsonaro, a memória nacionalista (conservadora) brasileira é reinscrita na paleta azul, verde e amarela do painel que orna o cenário fotográfico. Um painel, por sua vez, que presentifica, pela materialidade desse jogo discursivo de cores, o *slogan* ali ausente, porém, significativamente presente desse governo, “Pátria amada, Brasil”, que, inclusive, é uma apropriação/reprodução de um verso do hino nacional brasileiro.

Nessa direção, podemos (re)ler efeitos do jogo de (re)produção/trans formação de relações de sentido, instrumentalizado na e pela articulação metonímico-metafórica (Rodrigues; Agustini; Branco, 2021; Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a) entre o jogo de cores do painel, o *slogan* de governo e os símbolos nacionais: a apropriação/reinvenção desses símbolos (a bandeira nacional e suas cores, a camisa da seleção brasileira, a constituição brasileira e o próprio hino nacional) pela extrema direita produziu uma “mexida” nas relações entre diferentes regiões do interdiscurso (formações discursivas – FDs), de tal modo que esses símbolos passaram a evocar outros sentidos, como “estar identificado como bolsonarista (ou como bolsominion)”, “estar identificado como negacionista”, assim como “estar identificado como filiado à posição política da extrema direita”.

Nesse movimento de apropriação/reinvenção sócio-histórica e político-ideológica, certo sentido de “pátria” e de “Brasil” também são encapsulados nessa narratividade (Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a) dita bolsonarista. É assim que se tornou possível signifi-

car o assalto à “pátria” e ao “Brasil” em formulações como “a pátria é nossa”, “o Brasil é nosso”, nas quais “nosso” funciona partitivamente, deslizando do sentido “de todos nós” para “de todos nós bolsonaristas”, o que pôde também justificar, ideologicamente, morte, desinteresse, descaso, intolerância endereçados àqueles não identificados ao bolsonarismo.

Figura 1 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Ueslei Marcelino/Reuters e Ricardo Moraes/Reuters. Fonte: *Portal G1/Política*¹², de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹² Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Aliás, o ex-presidente e seus filhos vestiam, em muitas ocasiões, camisetas nas quais estampava-se: “meu partido é o Brasil”. Nessa formulação, é possível ler outro deslizamento, a partir do qual “Brasil” é significado como um partido que possui um comandante, um partido sob a posse de Bolsonaro e/ou dos bolsonaristas. Um ponto de inflexão nesse movimento pode ser lido quando o próprio ex-presidente afirmou: “Eu sou (realmente) a constituição”¹³.

Logo de saída, nesta análise, esclarecemos que a leitura discursiva desse arquivo hoje, atravessado por uma dispersão de dizeres, permite ler seu funcionamento como índice da rede de memória que se construiu durante o governo Bolsonaro. A leitura discursiva de arquivo, nessa medida, indicia movimentos de leitura tanto prospectivos quanto retrospectivos. Da perspectiva discursiva, vale lembrar, a (re)produção dos efeitos de sentidos é relacional, não linear, pois esse processo é determinado sócio-histórica e político-ideologicamente.

Por contraste, na foto da equipe ministerial de Lula, há também um painel no qual a cor vermelha foi acrescentada à paleta de cores azul, verde e amarela, que remete o leitor à bandeira/identidade brasileira. Trata-se do vermelho que significa ali, em relação de dominância a outros sentidos, o partido do presidente que acabara de ser empossado, o Partido dos Trabalhadores (PT). Com essa paleta de cores, reformula-se a escrita do nome da pátria, Brasil, a partir de uma diversidade de formas geométricas – retângulos, quadrados, triângulos, semi-círculos – que encontra ressonância significativa tanto no novo *slogan* de governo – “União e reconstrução” – quanto em certo índice de diversidade que ganha relevo a partir da seleção dos ministros, comparativamente, à seleção feita em janeiro de 2019. Vejamos como isso se produz.

A leitura das equipes ministeriais na Fig. 1 remete a certo índice de diversidade, que pode ser assim descrito: frente aos 22 ministros de Bolsonaro, de maioria absoluta constituída de homens brancos, o conjunto de 37 ministros de Lula, embora constituído de homens em maioria, tem quase $\frac{1}{3}$ de mulheres (11 no total), frente a menos de $\frac{1}{10}$ (2 no total) na equipe de Bolsonaro. Na equipe de Lula, há também negros e uma indígena. O contraste também significa a dominância da tonalidade escura (predominantemente, preta) nas roupas dos ministros de Bolsonaro. Quanto a esse aspecto, ganha destaque certa multiplicidade de cores disputando com cores mais escuras, na equipe de Lula. Essa multiplicidade também é significada pela variação de tipos de roupas, para além do tradicional terno, gravata e camisa branca: vestidos, saias, tecidos estampados, adereços e acessórios ganham visibilidade. As gravatas que compõem o visual dos homens também apresentam variação de cores, tonalidades e estampas. Os próprios ternos variam entre o branco, passando pelo azul riscado, até o preto, como a outra foto da posse (Fig. 2) permite descrever.

O contraste das fotos das equipes ministeriais de Lula, nas figuras 1 e 2, permite a descrição-interpretação, por um lado, de certa repetição (no nível da materialidade discursiva das fotos, trata-se do mesmo cenário e das mesmas pessoas sendo fotografadas, por exemplo), e, por outro lado, uma diferença que se marca, nessa materialidade, em função, sobretudo, das marcas discursivas relativas à iluminação e ao ângulo de enquadramento do objeto fotografado. Essa diferença oportunizou a produção de outra foto, com outras nuances significativas, como resultado. Na Fig. 2, outras nuances da/na texturização, que se formula

¹³ Afirmação recortada de CARVALHO, D. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. *Folha de São Paulo* [online], Política, 20/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

por meio da produção fotográfica da imagem que se apresenta à leitura, remetem o leitor a discursividades que podem significar a atribuição de certo sentido de diversidade à equipe de Lula. Essas discursividades ganham outra visibilidade na Fig. 2: tecidos, proporções, cores e harmonizações se distinguem de modo diferente daquele possível de ser lido na fotografia da equipe ministerial de Lula, na Fig. 1.

Ao colocarmos em perspectiva a materialidade discursiva das fotografias nas Figs. 1 e 2, assim como aquelas por elas remetidas no e pelo arquivo em análise, concebemos texturização como o processo por meio do qual um dado objeto simbólico é lido/interpretado por meio da atribuição de texturas, que são produzidas como efeitos de sentido (interpretações). Daí podermos nos referir a contrastes na e pela iluminação, no e pelo ângulo de enquadramento da câmera fotográfica, produzindo efeitos de sentido (re)lidos como texturas: nuanças de/entre cores, tonalidades, estampas, materiais, sombras, profundidades, (a)linha(mento)s etc.

Figura 2 – Frente ampla (Revista *Veja*)



FRENTE AMPLA – Lula ampliou para 37 o número de ministérios: os cargos foram divididos entre nove partidos políticos que apoiam o governo // Ricardo Stuckert/.

Fonte: Revista *Veja*/Política¹⁴, de 06/01/2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-de-lula-comeca-com-falas-desencontradas-e-polemicas/>. Acesso: 22 jan. 2023.

Esses efeitos resultam da mediação de alguma tecnologia de linguagem, como a música ou a pintura, ou de alguma outra tecnologia na produção da interpretação, como câmeras de máquinas fotográficas e celulares. Podemos dizer, nessa direção, que a texturização ganha forma/corpo na e pela leitura; por isso, constitui um processo produzido discursivamente, isto é, determinado pelas condições sócio-históricas e político-ideológicas da divisão social da leitura, da interpretação. O efeito de texturização pode ser capt(ur)ado no e pelo

¹⁴ MATTOS, M.; CHAPOLA, R. Ministério de Lula começa com falas desencontradas e polêmicas. *Veja* [Política], 06/01/2023. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-de-lula-comeca-com-falas-desencontradas-e-polemicas/>. Acesso: 22 jan. 2023.

dispositivo analítico ao remeter, como feito acima, uma materialidade discursiva (fotografia da posse de Lula na Fig. 1) a outra(s) (fotografia da posse de Lula na Fig. 2, por exemplo).

Na Fig. 2, essas nuances da/na texturização também concorrem por significar a diversidade na equipe ministerial de Lula ali fotografada. Trata-se de um efeito que faz sentido em contraste ao que foi possível de ser lido na fotografia da equipe ministerial de Bolsonaro em 2019 (Fig. 1). Nesta fotografia, essa texturização é, de certo modo, censurada/silenciada, como se todos os ministros ali estivessem identificados à mesma discursividade de *dress code* (“código de vestimenta”) e, também, como se estivessem aceitando, assumindo e experimentando “a mesma” interpretação ao protocolo cerimonial.

Na equipe de Lula, o efeito associado às nuances da/na texturização determinam certa perturbação no ciclo de repetição do cerimonial de posse presidencial (inclusive no que concerne à identificação à discursividade do *dress code* imaginário que o cerimonial estabelecerá como adequado). Trata-se, portanto, de um efeito de ruptura que abre o cerimonial para outros sentidos, em especial, para a discursividade da diversidade que poderia/deveria descrever-interpretar a equipe ministerial em 2023, produzindo uma tensão contrastiva com a equipe de 2019.

É assim que a equipe de Lula parece indiciar certa diversidade para, supostamente, reconstruir o Brasil. Essa é uma relação que se torna legível quando se relaciona a fotografia da equipe ministerial de Lula, com esse efeito de sentido em relevo, ao *slogan* de seu governo: “união e reconstrução”. Uma articulação discursiva possível derivada dessa relação seria: “unir a diversidade para a reconstrução do país”. Nessa direção, a formulação do *slogan*, embora não integralmente visível na fotografia, constitui significativamente o painel em frente ao qual toda equipe se posiciona para a foto, junto ao presidente e seu vice, também ministro de estado, recém-empossados.

Ainda em relação ao *slogan*, “união e reconstrução” é uma materialidade discursiva que se estabelece por meio da coordenação, por conjunção aditiva “e”, de dois sintagmas nominais constituídos apenas pelo próprio núcleo nominal (“união”, “reconstrução”). Com base no exposto, torna-se relevante perguntarmos: discursivamente, como essa coordenação se tornou possível? Como “união” se relaciona à “reconstrução” nessa conjuntura sócio-histórica e político-ideológica?

“União” e “reconstrução”, tomados em sua materialidade discursiva na coordenação que se (re)atualiza no *slogan*, dão forma/corpo a relações de sentidos que circula(va)m por oposição àquelas não oriundas da FD da extrema direita. Em relação a essa FD, “união” e “reconstrução” disputam/polemizam com evidências forjadas em seu interior: a divisão, *nós vs. eles*¹⁵, e o dismantelamento de valores e instituições democráticas. Nessa medida, o sintagma nominal “união”, no *slogan*, remete o leitor a certo estado de desunião, que teria sido causado, por exemplo, em função da polarização política que constitui uma condição de produção decisiva da atual conjuntura sócio-histórica e político-ideológica brasileira (e mundial).

Já o sintagma nominal “reconstrução” remete o leitor a certo estado de dismantelamento de políticas sociais (com seus programas). Esse sentido de dismantelamento de

¹⁵ Conforme Stanley (2019, p. 15), “o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão”. A política fascista divide/distingue uma população entre “nós” e “eles”, apelando, por exemplo, para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão/distinção para moldar a prática política. No discurso fascista, é comum essa divisão/distinção ser significada da seguinte forma: o “nós” como os virtuosos, os trabalhadores, os produtores e, por isso, os merecedores; e o “eles” como os preguiçosos e os parasitas e, por isso, dispensáveis/elimináveis.

políticas sociais, por sua vez, evoca uma série parafrástica a partir da qual é possível ler, por relação, o desmantelamento econômico, o ambiental, o cultural, o trabalhista, o dos povos indígenas, o da educação, o da saúde pública, entre outros. Além do sentido de reconstruir o que fora desmantelado pelo governo anterior, outro sentido de reconstrução se presentifica no *slogan*: o de construir de novo aquilo que nos governos Lula anteriores (2003-2006 e 2007-2010) já haveria sido construído. Dessa maneira, “reconstruir” evoca, como verbo, um já-dito como complemento possível, restituível a partir do *slogan* dos governos Lula 1 e Lula 2, qual seja, “Brasil, um país de todos”¹⁶.

Com base nessa leitura, “união” e “reconstrução” funcionam discursivamente a partir do modo como, no e pelo arquivo, a memória discursiva faz ressoar no/do interdiscurso a articulação discursiva segundo a qual um *slogan* de governo faz significar um comando que anuncia/convoca certas discursividades (certas evidências de sentido). Ou seja, anuncia e convoca certa narratividade (Rodrigues; Agustini, Araújo, 2022a), que visa ao efeito de estabilização sobre o que pode/deve, poderia/deveria, poderá/deverá ser o governo Lula 3.

É possível compreender que o governo atual, durante a posse, anuncia o plano de governar pela união e reconstrução do Brasil. E, para tanto, convoca os brasileiros a se unirem e a participarem do processo de reconstrução do Brasil que já havia sido significado como «um país de todos». Nessa perspectiva, o *slogan* do atual governo, ao pôr em relação de coordenação “união” e “reconstrução”, significa, em relação de dominância a outros sentidos, que o país só pode(rá)/deve(rá) voltar a ser “um país de todos” se (re)unir o que se encontra(va) dividido, como efeito (do efeito) da polarização política: (re)unir, assim, bolsonaristas e não-bolsonaristas.

Nessa direção interpretativa, a equipe ministerial de Lula, na Fig. 1, pode não apenas significar certa diversidade e certa pluralidade de sentidos, sujeitos, grupos sociais, vozes, posições, pautas e reivindicações, por exemplo, como também pode particularizar o acontecimento da posse de Lula, para seu terceiro mandato, em relação às posses tanto de Bolsonaro quanto de outros presidentes empossados no período da redemocratização brasileira. Isso faz ressoar interdiscursivamente que uma equipe tanto plural quanto unida se faria necessária para atender as necessidades plurais e complexas do país.

As relações de sentido que parecem produzir a evidência da diversidade/pluralidade são restituíveis, nessa leitura, por marcas discursivas que significam certa diferença de/entre sentidos, sujeitos, grupos sociais, vozes, posições, pautas e reivindicações. Diferença que é (re)produzida/transformada a partir da relação de contraste passível de ser estabelecida entre cada ministro presente na fotografia da posse de Lula.

Essa relação de contraste possível pode ser lida como índice de um todo, além de unido e coeso, também diverso e plural. Nesse caso, essa diversidade e pluralidade são indicadas pela presença, além das nuances significativas já descritas, de ministros de diferentes partidos e estados, de diferentes gêneros, de diferentes raças e etnias, de diferentes credos, de diferentes bandeiras, posições e pautas ideológicas etc.

Por contraste, a equipe ministerial na fotografia de 2019 pode ser significada como uma equipe supostamente uniforme, marcada e reconhecida pela indistinção, uníssona, portanto, não plural e não diversa, isto é, com sua diversidade e pluralidade silenciadas, censuradas. Embora aparentemente contraditório, na relação com o *slogan* “união e reconstrução”

¹⁶ Para uma análise deste *slogan*, recomendamos a leitura de Orlandi (2012, p.123-128).

ção”, essa equipe uniforme-uníssonas também pode ser significada tanto como unida quanto como segregacionista. Unida se justifica como interpretação atribuível a uma equipe identificada à política de extrema direita e seu *modus operandi*; segregacionista, por sua vez, se justifica como interpretação atribuível a uma equipe que, também por identificação à extrema direita, expurga a diversidade, o diferente, aquele que não se encontra alinhado/identificado à mesma FD. Essa interpretação, que atribui à equipe ministerial de Bolsonaro o sentido de segregacionista, evoca outros sentidos, por exemplo, o sentido de que tal equipe (e seu comandante) teria sido responsável por negligenciar muitas das necessidades, plurais e complexas, do país.

Outro índice do silenciamento da diversidade e da pluralidade, na fotografia da equipe ministerial de 2019, é o semblante contido que se marca na materialidade discursiva da maioria dos rostos, como certa constrição no sorrir/no sorriso. Já na equipe ministerial de 2023, o sorrir e o sorriso se apresentam com mais “liberdade”, “espontaneidade”, significando junto ao sentido de “posse” o sentido de “festa”, de “celebração”. Esse efeito de festa e de celebração particulariza o acontecimento da posse de 2023 em relação à leitura do arquivo de posses presidenciais brasileiras no período de redemocratização. Essa compreensão também traz a seguinte ressalva: um sorriso *não é (só)* um sorriso.

O semblante sorridente, majoritariamente, dos/nos ministros de Lula e do/no próprio Lula também indicia outros sentidos em disputa/polêmica, como o sentido da articulação política que fora necessária para a vitória eleitoral. São muitos interesses, muitas pautas e reivindicações, muitos compromissos ali significados e, aparentemente, celebrados. A equipe ministerial de Lula pode ser lida, na fotografia, a partir da configuração de uma aliança tática entre 16 partidos, que foi denominada “Frente Ampla pela Democracia”, em apoio à candidatura Lula-Alckmin, em segundo turno. Nessa direção, o semblante sorridente em relevo na maioria dos rostos dos ministros de Lula em 2023 também pode significar a vitória dessa aliança tática.

A denominação “Frente Ampla pela Democracia” evoca sentidos que fazem a conjuntura sócio-histórica e político-ideológica da democracia brasileira, naquele momento de disputa/polêmica eleitoral (em especial, de agosto a dezembro de 2022), significar como uma conjuntura de risco à democracia, em função do funcionamento de uma prática política significada como “antidemocrática”. Daí a emergência de sentidos que significam, em relação de dominância a outros sentidos, a necessidade de “lutar” pela, de “defender”, de “reconstruir” a democracia.

Dessa maneira, a leitura discursiva de arquivo das fotografias nas Figs. 1 e 2 faz ressoar, interdiscursivamente, uma relação de dominância pela repetibilidade de sentidos sobre como pode/deve ser o cerimonial de uma posse presidencial no Brasil redemocratizado. Se o leitor busca pelas fotografias ministeriais na ocasião das posses dos governos anteriores de Lula (2003 e 2007), poderá reconhecer, por contraste, equipes ministeriais que se apresentam, como fica marcado na texturização da materialidade discursiva dessas fotografias, tanto mais próximas visualmente à equipe ministerial de Bolsonaro em 2019 quanto mais distantes visualmente à equipe ministerial de Lula 2023. No entanto, as equipes ministeriais de Lula em 2003 e 2007 se afastam ideologicamente da equipe de Bolsonaro em 2019, quando se contrasta o efeito da exterioridade histórica que significa as fotografias como fotografias que significam posições político-ideológicas divergentes.

Ainda quando contrastamos a fotografia ministerial de Lula, nas Figs. 1 e 2, fica visível que, no interior do arquivo estabelecido, duas fotos que leem/interpretam/fotografam aquilo que seria um “mesmo” objeto não o leem/interpretam/fotografam da mesma maneira (o que também é válido quando as duas fotos são produzidas pelo mesmo conjunto fotógrafo-instrumento fotográfico). Essas diferenças na e pela interpretação são coerentes com marcas distintas (mais ou menos sutis) que compõem significativamente a texturização da materialidade discursiva das duas fotografias. Embora pareça contraditório, duas fotos que mostram o mesmo objeto, o mostram diferentemente. Ou seja, a relação entre essas duas fotos se dá no jogo da repetição-diferença, como pudemos mostrar.

Esse jogo entre repetição e diferença atravessa constitutivamente a leitura discursiva de arquivo, abrindo-o a gestos de leitura que (re)produzem/transformam o espaço de disputa/polêmica nas/das maneiras de ler que constituem o próprio arquivo. É assim que esse arquivo, da perspectiva da análise, se abre ao jogo interdiscursivo que fornece tanto sentidos de democracia quanto sentidos de antidemocracia funcionando e produzindo identificação, desidentificação e contra-identificação (Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a; Rodrigues; Agustini; Branco; Barros, 2020) no seio da vida social.

Avançamos, nessa análise, explorando outros aspectos da significação no e pelo arquivo, desse jogo de relações que evocam sentidos de (anti)democracia.

4.2 (Anti)democracia entre ecos de um já-dito

Como parte do cerimonial de posse da Presidência da República Brasileira, desde a redemocratização, há a tradicional subida da rampa do Palácio do Planalto. Nas posses, geralmente, sobem a rampa junto ao presidente eleito, o vice-presidente eleito e cônjuges. E, para recepcioná-los, com a incumbência por tradição de passar a faixa presidencial ao novo presidente eleito, posicionam-se, no topo da rampa, o presidente e seu cônjuge, quando houver, a serem substituídos.

Na posse de 2019, essa tradição se manteve, assim como nas posses de 2003 e 2007. Já na posse de 2023, como é possível ler na Fig. 3, a tradição foi quebrada. Primeiro porque o presidente derrotado nas urnas recusou-se a participar do cerimonial, não cumprindo a incumbência de passar a faixa ao sucessor. Em decorrência do primeiro motivo, a tradição foi quebrada também porque, pela primeira vez na história da redemocratização brasileira, o presidente eleito subiu a rampa acompanhado de 8 cidadãos e uma cadela, além do vice-presidente e dos cônjuges do presidente e do vice.

Figura 3 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Ueslei Marcelino/Reuters e Ricardo Moraes/Reuters. Fonte: *Portal G1/Política*¹⁷, de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹⁷ Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Essas 8 pessoas foram identificadas pela imprensa como sendo representantes de grupos sociais: o garoto Francisco, 10 anos, negro, morador da periferia de São Paulo; Aline Sousa, 33 anos, mãe de 6 filhos, ex-catadora de materiais recicláveis; o Cacique Raoni Metuktire, autoridade mundial na defesa da Amazônia e dos povos da floresta; o metalúrgico Wesley Viesba Rodrigues, 36 anos; o professor Murilo de Quadros Jesus, 28 anos; a cozinheira Jucimara Fausto dos Santos; o jovem Ivan Baron, 24 anos, com paralisia cerebral e ativista anticapacitista; o artesão Flávio Pereira, 50 anos. E a cadela Resistência, de 4 anos, que fora adotada por Janja, atual esposa de Lula, quando este esteve preso em Curitiba, em 2018.

Na Fig. 3, o contraste entre as fotografias permite ler certo deslocamento de sentidos evocados em relação ao protocolo de subida da rampa que integra o cerimonial de posse presidencial do Palácio do Planalto. Em relação à subida da rampa em 2019, que mantém a tradição, faz significar que o cerimonial seria um evento restrito à classe política, cabendo ao povo apenas assisti-lo. Em 2023, além de assisti-lo, o povo também pôde, pela primeira vez, participar dele por meio de uma articulação metonímico-metafórica

Dessa maneira, os 8 representantes dos grupos sociais suprarreferidos podem significar, por metonímia, a presença do povo brasileiro na subida da rampa; metaforicamente, o efeito de evidência que se pode produzir é o de que o povo participa do governo. Dito de outro modo, por metáfora, (re)atualiza-se a memória de que estaria tomando posse o governo para o/do povo. Essa (re)atualização, por sua vez, evoca, também, o *slogan* dos governos anteriores de Lula, “Brasil, um país de todos”.

Parece ser com certo eco desse *slogan* anterior, que o *slogan* atual – “união e reconstrução” – se constitui como uma espécie de paráfrase. Nesse movimento parafrástico entre os dois *slogans*, “unir” e “reconstruir” assumem – como objetos sobre os quais as ações por eles evocadas podem/devem ser executadas – a união e a reconstrução de um Brasil unido de todos/para todos. Dito de outro modo, a partir dessa relação parafrástica, articula-se como um saber já dado a ideia de que o governo, então recém-eleito, se une ao povo para, dessa maneira, reconstruir o Brasil como um país de todos (os brasileiros).

Essa relação parafrástica, ao evocar o já-dito, “Brasil, um país de todos”, evoca, também, outra paráfrase possível que se refere ao efeito de articulação que significa a democracia em risco, atribuível ao governo anterior. É assim que “unir” e “reconstruir” também assumem a união e a reconstrução da democracia brasileira atacada na e pela prática política fascista da extrema direita. Essa prática política é significada como uma prática que transforma a democracia em antidemocracia pelo instrumento discursivo do fascismo.

O contraste entre as fotografias das Figs. 1 e 3 evoca outra latitude discursiva que coloca em relação a equipe ministerial de Lula e o conjunto de brasileiros que subiram a rampa do Palácio, na posse de 2023. Tanto a fotografia da equipe ministerial quanto a da subida da rampa evocam, em relação de dominância a outros sentidos, o efeito de repetibilidade, por meio de diferentes gestos de interpretação (configuração da equipe ministerial, configuração do “povo” na subida da rampa), na (re)produção/transformação do efeito de evidência da diversidade/pluralidade. Com isso, ainda que pareça contraditório, produz-se o efeito de diversidade/pluralidade, mas tal sentido também se apresenta dividido. São diversidades/pluralidades diferentes, ainda que relacionáveis. Evocam tanto relações de sentido em convergência (aproximam-se, por exemplo, pela evidência do sentido de minoria(s)), como outras em divergência (distanciam-se, por exemplo, pelas posições no interior da luta de classes).

4.3 (Anti)democracia entre cortejos

O desfile em carro aberto na chegada para a posse presidencial também integra o cerimonial de posse da Presidência da República Brasileira. Em relação a esse mo(vi)mento do cerimonial, também é possível lermos, por contraste entre as fotografias da posse em 2019 e da posse em 2023, conforme Fig. 4, a (re)produção/transformação de diferenças em relação àquilo que se apresenta como regularidade no que se refere ao desfile, em especial, entre os desfiles de 2019 e 2023. Essa regularidade é lida na e pela montagem discursiva fotográfica disposta na Fig. 4.

Figura 4 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Fábio Tito/G1 e Ueslei Marcelino/Reuters. *Portal G1/Política*¹⁸, de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹⁸ Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Em 2019, participaram do cortejo, dentro do Rolls-Royce presidencial, Bolsonaro, a então primeira-dama e um dos filhos do ex-presidente. O vice-presidente e a segunda-dama, naquela ocasião, não desfilaram em carro aberto, estavam em um carro fechado que integrava a comitiva presidencial.

A regularidade sugere que, ora os presidentes estão acompanhados de cônjuges ou dos vice-presidentes, ora sozinhos, especialmente, em caso de posse por reeleição. No caso da posse da eleição e reeleição de Dilma Rousseff (2011 e 2015), quem a acompanhou no Rolls-Royce foi sua filha, já que a então presidente era divorciada e tinha uma única filha, que não exercia atividade política. É também uma regularidade os vice-presidentes e cônjuges participarem do cortejo ora em um segundo carro aberto ou em carros fechados, quando não acompanham o presidente no Rolls-Royce.

O contraste entre as duas fotografias permite a leitura de índices que apontam para o funcionamento de certas discursividades, que, por sua vez, significam distinções na perspectiva de governo que, em cada caso, se instala(va). Em 2023, o Rolls-Royce é ocupado por Lula, pelo vice e pelos respectivos cônjuges.

Essa presença indicia, também, a (re)produção/transformação da evidência de certo sentido de “união”, efeito que mostramos sendo (re)produzido/transformado tanto em relação à subida da rampa quanto em relação à equipe ministerial de Lula. Nesse caso particular, dois ex-adversários políticos se apresentam unidos em uma chapa eleitoral que saiu vitoriosa das urnas. Uma aliança a partir da qual foi possível estabelecer a “Frente Ampla pela Democracia”, já mencionada.

No carro em cortejo, Lula, presidente, e Alckmin, vice-presidente, sorriem e acenam ao público, mostrando certa consonância entre posições – político-partidárias e ideológicas – que historicamente se relacionavam por disputa/polêmica/confronto. Essa aliança acirra, portanto, o efeito da evidência de união, jamais imaginada, mas que foi produzida para combater uma marcada e reconhecida ameaça comum: o desmantelamento da democracia brasileira. Uma união que evoca, mais uma vez, a articulação discursiva que pode significar que o Brasil a ser reconstruído seria um Brasil que acolheria a todos, sem distinção, aparentemente, de filiação ideológica.

Esses efeitos também podem se (re)atualizar nos sorrisos e gestos das primeira e segunda damas (inclusive, podemos ler esses efeitos, também, nos rostos e sorrisos dos condutores do veículo). Pode significar-se, assim, a vitória da democracia sobre a antidemocracia. Sendo assim, os sorrisos, gestos, acenos de todos que ocupam o carro presidencial, tomados como índices discursivos, podem significar a vitória da democracia, a expectativa de mudanças e a possibilidade da reconstrução.

Já em 2019, o fato de o ex-presidente estar acompanhado, além da esposa, de um de seus filhos, faz significar, por contraste à posse de 2023, que aquele governo que se inaugurava, em 2019, seria um governo “de família”, isto é, um governo que atuaria para proteger/beneficiar a própria família assim como a família descrita e interpretada como “bolsonarista”, os ditos “homens e mulheres de bem”. Esses sentidos de família circulam na leitura de arquivo hoje, retrospectivamente, fazendo retornar interpretações atribuíveis ao governo de Bolsonaro ao longo de seu mandato, entre 2019 e 2022.

Nessa direção, a família, ainda que parcial, de Bolsonaro no Rolls-Royce presidencial, na posse de 2019, conforme Fig. 4, faz retornar, interdiscursivamente, via funcionamento da memória discursiva, que a própria eleição de Bolsonaro teve forte sustentação no trabalho realizado pelos filhos, especialmente aquele que o acompanha no carro, instrumentalizando redes e aplicativos sociais, por meio de programas-robôs (*bots*), a disseminarem *fake news*, difamações etc., sobretudo, contra os adversários políticos do bolsonarismo (Morais, 2022; Oliveira, 2021; Mello, 2020). Ressaltamos que esses sentidos, que ligam Bolsonaro e sua família à disseminação de *fake news* e difamações contra adversários (políticos ou não), são facilmente restituíveis por meio da busca e da leitura de vasta literatura já disponível sobre a questão.

Diante do exposto, a fotografia da família Bolsonaro em cortejo na posse de 2019 permite a (re)leitura de um conhecido *slogan* de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Metonímico-metaforicamente, se relacionarmos esse *slogan* com outro, “Bolsonaro, capitão do Brasil” ou “Bolsonaro, capitão do povo (brasileiro)”, podemos, por uma relação metonímica, ler um possível deslizamento dos sentidos, que pode ser capturado na paráfrase “Bolsonaro acima de tudo/de todos” ou, ainda, “Família Bolsonaro acima de tudo/de todos”.

A relação metonímica que sustenta esse deslizamento parafrástico está na articulação discursiva de saberes da memória discursiva que significam “capitão” como alguém que comanda um grupo de pessoas, neste caso, o capitão do Brasil comandaria os brasileiros e, em decorrência disso, o próprio Brasil. Já a relação metafórica que sustenta esse deslizamento aproxima Bolsonaro, o comandante, de Deus, tanto no sentido de quem tudo comanda/governa quanto no sentido de “pai de todos”, “pai da nação”, “pai do Brasil”. Daí podermos reler metonímica e metaforicamente o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” como “Bolsonaro/A família Bolsonaro acima de tudo/de todos”.

Essas relações de sentido que produzem confusão sobre como a função de governante de Estado é significada e se significa fazem parte do que Stanley (2019) descreve como política fascista. Por meio do funcionamento dessa política, produz-se o efeito de articulação segundo o qual “o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional” (Stanley, 2019, p. 22). Esse efeito pode ser lido por meio de sua (re)inscrição no programa de leitura decorrente do contraste entre as fotografias da Fig. 4, de modo a significar, retrospectivamente, a fotografia da família Bolsonaro no Rolls-Royce, durante a posse, como uma fotografia que significa um governo que se instalava no poder sustentado pela perspectiva fascista de poder aceita, assumida e experimentada pela posição discursiva do então governante e de sua família.

Essa rede de sentidos evocada no contraste entre essas fotografias, ao significar “Bolsonaro/A família Bolsonaro acima de tudo/de todos”, pode fazer significar, também, que Bolsonaro (e sua família) estaria(m) acima da justiça, do congresso, das leis, da constituição e de toda diversidade que constitui o espaço/o povo brasileiro. Por meio desse processo de significação, o governo Bolsonaro é/foi significado como antidemocrático; por isso, uma ameaça a ser enfrentada por meio da dita “Frente Ampla pela Democracia”, indiciada, na Fig. 4, pela fotografia que mostra Lula e seu ex-rival político juntos em cortejo na posse de 2023.

5 Considerações finais

O trabalho aqui apresentado teve, como dissemos, o objetivo de discutir, analiticamente, como é possível ler um dado objeto que se apresenta à leitura a partir de uma leitura de

arquivo operacionalizada pelo aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana. Propusemo-nos a alcançar esse objetivo por meio de um movimento teórico e outro teórico-analítico.

No movimento teórico, apresentamos como a teoria do discurso se apropria/reinventa a concepção de arquivo vertendo-a em uma concepção discursiva de arquivo, coerente com seus fundamentos, denominada por nós como tecnologia discursiva de arquivo. Mostramos que, nessa concepção, a tecnologia discursiva de arquivo produz em seu funcionamento a instrumentalização de um processo de leitura de arquivo que não toma sua existência de antemão. Nessa perspectiva, a construção do arquivo é estabelecida em função de um gesto de análise que endereça uma questão. Em nosso caso, a questão interrogava como o jogo discursivo da (anti)democracia se (re)inscrevia no arquivo. Qual arquivo?

O arquivo foi estabelecido por textualidades significativas da evidência da (anti)democracia. Desse arquivo, um conjunto de montagens discursivas fotográficas foi recortado de modo a reportar a análise e seu leitor a uma dimensão representável, entre outras possíveis, do arquivo. Foi a partir da análise discursiva desse conjunto que a questão da (re)produção/transformação da evidência da (anti)democracia pôde ser explorada e compreendida, o que nos levou ao movimento teórico-analítico empreendido tanto para estabelecer a dimensão representável do arquivo quanto para fazer sua leitura.

Nesse movimento, foi-se estabelecendo uma rede de relações discursivas na medida em que passamos a investigar a questão a partir de fotografias que poderiam significar as posses de governos no processo de redemocratização brasileiro. Fotografia (sentido) *puxando/evocando/encontrando/pegando/disputando com* fotografia (sentido). Este foi o movimento que se constituiu como movimento de restituição do processo discursivo em funcionamento no arquivo, determinando como a questão pode/deve ser interpretada.

Este é o funcionamento da tecnologia discursiva do arquivo: estabelece, discursivamente, um arquivo e instrumentaliza sua leitura discursiva, ou seja, instrumentaliza gestos de leitura sobre as relações discursivas que sustentam e significam o arquivo. Nessa medida, o arquivo não prescinde de sua materialidade histórica, tampouco de sua materialidade significativa, indissociáveis nas interpretações que o arquivo pode/deve comportar. Ler o arquivo discursivamente significa ler, no batimento analítico entre descrição e interpretação, como a relação dessas materialidades podem/devem significá-lo.

Com essa experimentação teórico-analítica, foi possível restituir ao arquivo sua espessura semântica e sua condição de legibilidade como constitutivas de seu movimento/funcionamento, sabendo que este se funda no e pelo movimento/funcionamento da interpretação. É pinçando (recortando) relações de interpretação que se pode *chegar* a um arquivo, isto é, que se pode restituir o modo como um arquivo pode significar. É por isso que um mesmo objeto que se apresenta à leitura pode dar lugar ao estabelecimento de diferentes arquivos, uma vez que sempre é possível pinçar/recortar outras relações de interpretação no processo de leitura discursiva de arquivo. Isso acontece porque tanto o objeto quanto o arquivo a ele associável se apresentam como “espaço polêmico nas maneiras de ler”. Logo, se as montagens fotográficas aqui analisadas fossem lidas, por exemplo, por um analista filiado ao bolsonarismo, o arquivo estabelecido poderia ser outro.

A leitura de arquivo das fotografias (Figs. 1 a 4), realizada na perspectiva da tecnologia discursiva de arquivo, permitiu mostrar que, no arquivo estabelecido para análise, a discursividade da (anti)democracia é um espaço de disputa/polêmica no qual relações de força,

poder, sentido concorrem por significar/dominar. As fotografias, dispostas tal como recortadas do/no arquivo, permitiram mostrar, por contraste, como essa disputa/polêmica ganha legibilidade no acontecimento das posses presidenciais de 2019 e 2023.

Por contraste, em toda movimentação analítica, foi possível compreendermos como o jogo da (anti)democracia divide sentidos e, ao mesmo tempo, reorienta, articula relações que projetam os governos empossados em 2019 e em 2023 em posições (aceitas, assumidas, experimentadas como se fossem) antagônicas. Dessa maneira, pudemos ler que essas posições não são integralmente antagônicas, assim como a relação entre elas poderiam ser lidas, aceitas e experimentadas de outras maneiras, a partir da assunção do sujeito leitor a outras posições discursivas.

Assim, foi possível compreender como se deu o jogo da suposta alternância de poderes no Brasil nos referidos períodos e seus efeitos sobre a vida social. Suposta, aqui, se deve às nuances que marcam essa alternância, indiciando tanto aproximações quanto afastamentos, rompimentos. Em 2023, o governo se posiciona na direção de reconstruir a democracia, uma vez que assume que ela se encontra desmantelada pelo governo anterior. Em 2019, por sua vez, o governo se posicionou numa relação de identificação com o fascismo, sobrepondo a própria família à democracia e à diversidade que ela evoca como pré-construído.

Por essa experimentação teórico-analítica, tornou-se possível deslocar a leitura das montagens fotográficas como mero registro do acontecimento para uma leitura discursiva de arquivo que as (re)inscreve em possíveis programas de leitura, nos quais funcionam/funcionarão como índices da discursividade da (anti)democracia em circulação no seio da luta de classes que determina nossa realidade social. Nessa perspectiva, as montagens fotográficas analisadas funcionam, também, como operadores de memória na medida em que (re)inscrevem relações significativas de arquivo como condição de visibilidade do funcionamento discursivo que disputa/concorre por dominar sua significação.

Finalmente, essa experimentação do processo de leitura de arquivo também coloca em perspectiva a possibilidade de tais fotografias de posse sofrerem deslocamentos significativos em relação ao próprio desenvolvimento dos mandatos. Esses deslocamentos indicam uma regularidade no período de redemocratização: as disputas entre as forças políticas e a concorrência por significar o projeto e os compromissos de governo vão se (re)alinhando durante o mandato. É, aliás, nesse processo de alinhamento-desalinhamento-realinhamento que a irregularidade significativa advém, o que pode fazer com que um governo de esquerda, por exemplo, se aproxime, em alguns efeitos, em alguns direcionamentos de sentidos, de um governo de extrema direita.

Declaração de autoria

Os autores Eduardo Alves Rodrigues e Cármen Lúcia Hernandes Agustini declaram ser os responsáveis pelo manuscrito em tela, contribuindo, igualmente, nos aspectos relativos à concepção, projeto, análise e interpretação dos fatos e funcionamentos linguístico-discursivos e teórico-metodológicos necessários ao tratamento do objeto/questão estudado(a); à redação e à revisão crítica do conteúdo intelectual; à aprovação final da versão publicada. Declaram os autores, por fim, responsabilidade por todos os aspectos do trabalho em tela na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte dele.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso: 22 fev. 2023.
- BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, n. 00, p. e022007, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v64i00.8664658>.
- BRANCO, L. K. A. C. *A língua em além-mar: sentidos à deriva* – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. 2013. 325f. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, 15 année, Analyse du discours politique, n. 62, p. 9-128, 1981. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1981.1873>.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. *Discurso e arquivo: experimentações em Análise do Discurso*. Trad. de Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016. p. 115-140.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania S. Mariani. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 13-38.
- HERBERT, T. (Michel Pêcheux). Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Trad. de Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.
- MARIANI, B. S. C. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. *Resgate*, Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647082>.
- MELLO, P. C. *A máquina do ódio*. Notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MORAIS, M. de. Governo Bolsonaro, um governo fundado em fake news? *Revista da APC*, São Paulo, v. 1, n. 1, janeiro-junho 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v1i1p76-104>.
- NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: II SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2005, Porto Alegre. *Anais...* Disponível em <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>>. Acesso: 22 fev. 2023.
- OLIVEIRA, A. P. *No olho do furacão: a circulação das fake news do governo Jair Bolsonaro nas plataformas durante a pandemia da covid-19*. 2021. 184f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFSM, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25696>>. Acesso: 22 fev. 2023.

- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos* [Linguística: questões e controvérsias], n 10. Uberaba: Fiube, 1984.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. Propaganda política e língua de estado: “Brasil, um país de todos”. In: ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 107-128.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi et. al. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Trad. de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; ARAÚJO, É. D. de. (Des)fação discursiva em disputa: censura e resistência entre grafites e pichações – ‘Marielle, presente!’. *Discurso & Sociedad*, Alicante, Espanha, v. 16, n. 4, p. 886-916, 2022a. Disponível em <[http://www.dissoc.org/es/ediciones/v16n04/DS16\(4\)Alves%20et%20al.pdf](http://www.dissoc.org/es/ediciones/v16n04/DS16(4)Alves%20et%20al.pdf)>. Acesso: 22 fev. 2023.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. Ler o silêncio entre franjas e frestas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 25, n. esp, p. 85–111, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.20396/lil.v25iesp.8671091>.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; BRANCO, L. K. A. C. O luto como funcionamento de linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 63, n. 00, p.1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v63i00.8665210>.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C.; BRANCO, L. C.; BARROS, R. C. B. de. “Isso é uma gripezinha” – o Brasil em diminutivo. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 310–330, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i3.1729>.
- ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. S. S.; PATTI, A. R. Arquivo em cena: “im-pressões” de leitura sobre o tema. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 123-134, jan./jun. 2010. Disponível em <<https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1377/855>>. Acesso: 22 fev. 2023.
- ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SALOMON, M. Saber dos arquivos. In: SALOMON, M. (Org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011. pp. 5-17.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Trad. de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.